4 Correio da Manhã POLÍTICA Segunda-feira, 13 de Outubro de 2025

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOL FO LAGO



Laura Berquó é uma das advogadas envolvidas

Advogados em tempos de tapas e pontapés

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) é uma instituição mais do que centenária. Fundada em 1843, tem hoje, portanto, 182 anos. Mais antigo que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o IAB já participou de debates importantes da história brasileira. Nas últimas semanas, porém, seus debates descambaram para trocas de insultos, xingamentos e discussões, que culmi-

Tempos

Para além das questões ideológicas, a forma como a briga se desenvolve reflete os tempos atuais. Tempos em que um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) diz a outro em plenário que ele é "uma pessoa horrível" e "desprovida de sentimentos".

naram com a instauração de processos disciplinares no instituto contra duas advogadas, a paraibana Laura Berquó e a própria presidente do IAB, a carioca Rita Cortez. A briga entre as duas veio à tona depois da discussão de um pedido de moção de repúdio a Israel por ter detido em águas internacionais a Flotilha Global Sumud e prendido seus tripulantes.

Chutes

Ou tempos em que um deputado troca chutes com um manifestante. Ou troca tapas, Cusparadas. Tempos em que o apelo à educação e tolerância vira crítica contra o "discursozinho polido" na atual guerrilha cheia de convicções e certezas das redes sociais.



A outra é a presidente do IAB, Rita Cortez

Na briga, acusações políticas e de misoginia

A briga entre as duas advogadas parece ter na sua origem a disputa política interna após Rita Cortez ter sido eleita presidente do IAB em seu terceiro mandato. Segundo Rita Cortez, tudo começou depois que uma terceira advogada, Paula Frassinetti, ingressou com processo disciplinar contra Laura Berquó. Laura, por

sua vez, afirma que quem a persegue de fato é Rita Cortez, com desqualificações e insultos feitos também por homens da sua diretoria. Por conta disso, Laura ingressou também com processo disciplinar contra a presidente do IAB. Na semana passada, Rita iria depor no processo interno e responder a perguntas.

Não depôs

Alegando que passava a ser, então, alvo também de processo, Rita Cortez não depôs. Não respondeu às perguntas do advogado de Laura, Leonardo Vilarinho. Nem as ouviu, retirando-se da sala. Vilarinho fez, mesmo assim, as perguntas que tinha preparado.

Abolição

A presidente do IAB nega a polarização ideológica. Diz que, já na sua origem, o IAB vivia discussões acaloradas. À época da sua fundação, por exemplo, envolvendo a abolição da escravatura. Por ser uma instituição "plural", diz ela, discussões e divergências acontecem.

Moção

No caso da flotilha, Laura Berquó afirma que não estaria sendo levado em conta o direito dos filiados de apresentarem pedidos de moção. Rita Cortez diz que o caso não foi analisado por falta de tempo. Mas que o IAB já fizera antes nota contra o conflito entre Israel e o Hamas.

Acusações

As discussões, talvez, não terminassem com trocas de processos disciplinares. Segundo um outro advogado ouvido pelo Correio da Manhã, um "sinal dos tempos", quando o excesso de energia e a falta de tolerância tornam qualquer discussão inócua.

Senado começa a discutir projeto de isenção do IR

Semana tem depoimento de ex-presidente do INSS em CPMI

Por Gabriela Gallo

Depois da derrota na semana passada, quando a Cãmara deixou "caducar" a MP que taxava aplicações financeiras, o governo tentará retomar a pauta positiva. Nesta semana, o Congresso Nacional dará continuidade às discussões do projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025).

Nesta terça-feira (14), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado realizará uma audiência pública para ouvir o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para avaliar melhor o tema. Na audiência, agendada para começar às 10h, está previsto "apresentar a estratégia do governo para a reforma da tributação sobre a renda, os fundamentos do PL nº 1087 de 2025, e os impactos esperados sobre a arrecadação e a progressividade do sistema tributário". Há a possibilidade de um representante da Receita Federal também comparecer na reunião.

O relator do PL 1087/2025 no Senado é o próprio presidente da CAE, Renan Calheiros (MDB-AL). O nome de Calheiros foi anunciado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na última semana. Ele ainda confirmou que, após o texto ser definido na CAE, ele seguirá direto para o plenário do Senado. Ao ser designado relator, Renan Calheiros disse que, caso achem necessário, os senadores farão alterações na proposta. Todavia, os parlamentares farão um esforço para que o tema não retorne para a Câmara dos Deputados.

Além de isentar completamente quem ganha até R\$ 5 mil por mês, o projeto de lei ainda isenta parcialmente o pagamento do Imposto de Renda para quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Para compensar o aumento da isenção do tributo, o



Demitido após a Operação Sem Desconto, Stefanutto irá à CPMI

PL determina uma taxação de até 10% aos contribuintes que ganham R\$ 600 mil por ano (o que equivalente a R\$ 50 mil mensais). Contudo, o relator da medida na Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), determinou exceções, como heranças e Letras de Crédito vinculadas ao agronegócio.

СРМІ

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá, nesta segunda-feira (13), a partir das 16h, o ex-presidente do INSS Alessandro Antonio Stefanutto e o ex-diretor de Benefícios do órgão André Paulo Félix Fideli.

Stefanutto assumiu a presidência do INSS em 2023, ao ser nomeado pelo então ministro da Previdência Social do governo, Carlos Lupi. Ele foi exonerado do cargo em abril deste ano após a Polícia Federal (PF) desencadear a Operação "Sem Desconto", que trouxe a público os esquemas de desvios de recursos de beneficiários do INSS. O presidente da comissão mista,

senador Carlos Viana (Podemos-MG), justificou a convocação do ex-presidente do INSS alegando que a operação da PF apontou "indícios de omissão grave" por parte dele, o que permitiram "falhas sistêmicas e vulnerabilidades exploradas para fraudar beneficiários".

"Durante sua gestão, foi autorizado o uso de sistema paralelo de biometria, sem homologação adequada e sem garantias de segurança, permitindo a ocorrência de descontos indevidos em benefícios previdenciários. Tal medida afronta a legislação de proteção de dados pessoais, os princípios da administração pública e as normas de controle interno da autarquia", disse Viana.

No caso de Fideli, o ex-diretor de Benefícios do INSS foi convocado para esclarecer apurações da PF que apontaram que o filho dele, o advogado Eric Douglas Martins Fidelis, teria recebido, em nome do pai, propinas pagas por operadores do esquema.

Expectativas

Nesta semana, há pautas relevantes que devem ser discutidas, mas sem confirmação. Após aceitar o convite do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, para ir aos Estados Unidos para discutirem pautas de interesse, o Ministro de Relações Exteriores Mauro Vieira deve ir a para Washington nesta semana. Nos bastidores, a expectativa é que ele vá ao país norte-americano nesta sexta-feira (17) para discutir sobre o tarifaço com Rubio.

Além disso, nesta semana há a expectativa para o Legislativo voltar a discutir o projeto de lei que reduz a dosimetria das penas dos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 (PL 2162/2023). Na última semana o relator do projeto na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), se reuniu com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos--PB), e do Senado para construir um consenso com a proposta. A expectativa do relator era pautar a votação da medida no plenário da Casa nesta terça-feira, contudo, dependerá da resposta de Davi Alcolumbre - o qual se manifestou posteriormente que o Senado não tem clima para votar a medida.

Lula visita o papa em Roma e participa de evento sobre fome

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou na manhã deste domingo (12) em Roma, onde, nesta segunda-feira (13), será recebido pelo papa Leão 14 e participará de eventos na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Acompanhado da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, o presidente chegou à capital italiana pouco depois das 10h (5h no horário de Brasília) e foi direto para a Embaixada do Brasil, na praça Navona, onde está hospedado.

O primeiro compromisso oficial será a audiência com o papa, marcada para as 8h15 (3h15 em Brasília). Será o primeiro encontro entre os dois desde que o americano Robert Prevost foi eleito, em maio, em substituição ao papa Francisco.

Desde o primeiro mandato, iniciado em 2003, essa será a terceira vez que Lula será recebido como presidente por um papa no Vaticano. Antes, esteve com Bento 16, em 2008, e Francisco, em 2023. Como presidente, participou dos funerais de João Paulo 2º, em 2005, e de Francisco, em abril. Na posse de Leão 14, em maio, o Brasil foi representado pelo vice Geraldo

Alckmin.



Alckmin assistiu à missa em Aparecida

À tarde, Lula estará na sede da FAO, que comemora 80 anos, para a abertura do Fórum Mundial da Alimentação. Está prevista ainda uma reunião sobre a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa do Brasil lançada no G20 do Rio, no ano passado.

Não há previsão de encontros entre o presidente e a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni. O petista deve voltar na própria segunda ao país.

A comitiva do presidente é formada pelos ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) e Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

Alckmin

Com Lula no exterior, o vice-presidente Geraldo Alckmin é o presidente em exercício. E, nessa condição, ele participou da missa solene em celebração do Dia de Nossa Senhora Aparecida na manhã deste domingo (12) na Basílica de Aparecida, no interior de São Paulo.

da, no interior de São Paulo.

O governador Tarcísio de
Freitas (Republicanos) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB)
confirmaram presença, mas não

compareceram.

O secretário estadual de Governo e Relações Institucionais, Gilberto Kassab (PSD), representou o governador na solenidade.

A missa foi celebrada diante de 150 mil fiéis. Cerca de 40 mil romeiros chegaram à basílica a pé neste domingo, segundo o cardeal.

Na homilia, o religioso enalteceu a necessidade de diminuir a pobreza e as desigualdades sociais no país. "Os que foram eleitos pelo povo votem em leis favoráveis ao povo de Deus, aos pobres", disse.

Neste ano, a celebração tem o tema "Com Maria, Mãe da Esperança, conhecer Jesus e cuidar da vida", que, segundo o santuário, "propõe uma reflexão que integra fé e o compromisso com a criação".

"A celebração convida os fiéis, inspirados por Maria, a voltar os olhares para a proteção e valorização da vida em todas as suas dimensões", diz a igreja.

A temática, afirma, é voltada para esperança e está em sintonia com o Jubileu de 2025 proclamado pelo papa Francisco (1936-2025).

Michele Oliveira e Mariana Zylberkan (Folhapress)